



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI N.037/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a proibição da concessão de alvará e/ou licença para o uso do solo e para o tráfego de veículos em vias públicas, a outorga e o uso de águas, a queima de gases na atmosfera, a vedação da concessão de anuência prévia em licenciamentos e outorgas de água com a finalidade de exploração e/ou exploração dos gases e óleos não convencionais (gás de xisto, *shale gas*, *tight oil*, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fratura hidráulica - *fracking* - e refraturamento hidráulico - *re-fracking* na esfera da competência municipal, bem como proíbe a instalação, reforma ou operação de atividades, serviços, empreendimentos e obras de produção, comercialização, transporte, armazenamento, utilização, importação, exportação, destinação final ou temporária de resíduos, ou quaisquer outros produtos usados para o fraturamento ou refraturamento hidráulico, componentes e afins, gás metano carbonífero e similares, metais pesados e radioativos, em todo o território do Município de Assaí, no Estado do Paraná, estabelece penalidades e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. Fica proibida a concessão de alvará, outorga, autorização e/ou licença de competência municipal a quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que pretendam utilizar o solo com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, *shale gas*, *tight oil*, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico -*fracking* e de refraturamento hidráulico -*re-fracking*.

§ 1º. Além do método previsto no *caput* deste artigo, a proibição se estende às demais modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações das águas de superfície e subterrâneas, ocasionar acidentes ambientais, causar danos à saúde da população e/ou perda de biodiversidade, provocar prejuízos sociais e econômicos ou degradar o meio ambiente, em especial através de metais pesados e radioativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º. Estão isentas da proibição a que se refere o parágrafo primeiro os produtos necessários para as práticas agrosilvopastoris, desde que devidamente autorizados pelos órgãos competentes, na forma da lei.

Art. 2º. Fica proibido o tráfego de veículos automotores transportando equipamentos e produtos químicos e radioativos, em especial aqueles destinados à exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, *shale gas*, *tight oil*, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico - *fracking* - e de refraturamento hidráulico - *re-fracking* - nas vias públicas municipais, urbanas, rurais e vicinais e respectivas faixas de domínio.

Art. 3º. Fica proibida a outorga e o uso de águas de superfície de competência municipal com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, *shale gas*, *tight oil*, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico -*fracking* e de refraturamento hidráulico -*re-fracking*, bem como atividades que envolvam metais pesados e radioativos que apresentem riscos de comprometimento dos recursos hídricos.

Art. 4º. Fica vedada a concessão da anuência do Município em licenciamentos, alvarás e outorgas de uso de águas de superfície ou subterrâneas e em autorizações ou licenciamentos de atividades, empreendimentos, obras e serviços de exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, *shale gas*, *tight oil*, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico - *fracking*- e de refraturamento hidráulico - *re-fracking*, bem como atividades que envolvam metais pesados e radioativos que apresentem riscos de comprometimento dos recursos hídricos.

Art. 5º. Fica proibida a queima de gases derivados da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, *shale gas*, *tight oil*, gás metano carbonífero e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico - *fracking* - e de refraturamento hidráulico - *re-fracking*.

Art. 6º. Fica proibida a realização de aquisições sísmicas, em suas diversas formas, em especial aquelas que utilizam caminhões e estruturas de vibradores do solo e/ou explosivos, bem como quaisquer atividades correlatas que possam, potencial ou efetivamente, oferecer risco à vida, à integridade física e a prédios e construções, públicos ou privados, a estruturas naturais e a monumentos históricos e ainda às atividades agrosilvopastoris e de piscicultura, à fauna silvestre ou de qualquer forma afetar a biodiversidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Art. 7º. Fica proibida a instalação, a reforma ou a operação de atividades, serviços, empreendimentos e obras de produção, comercialização, transporte, armazenamento, utilização, importação, exportação, destinação final ou temporária de resíduos ou quaisquer outros produtos usados para o fraturamento ou refraturamento hidráulico, componentes e afins, gás metano carbonífero e similares, metais pesados e radioativos.

Art. 8º. O Poder Legislativo e o Poder Executivo do Município Assaí, Estado do Paraná, intentarão acordos com os Municípios limítrofes e com os demais Municípios que integram as mesmas Bacias Hidrográficas, buscando a cooperação no sentido da proteção dos recursos naturais, dos ecossistemas e dos processos ecológicos essenciais, bem como do desenvolvimento sustentável que garanta sadia qualidade de vida, ampliando o território livre do fraturamento e refraturamento hidráulico, visando a substituição gradativa dos combustíveis fósseis por formas de energia limpas e renováveis.

Art. 9º. O descumprimento das disposições da presente Lei sujeitará os infratores às sanções administrativas, civis e penais, na forma da legislação vigente, em especial as previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo para apuração dessas infrações e dá outras providências, ambos com alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação de outras normas legais.

Art. 10. O descumprimento da proibição prevista no Artigo 6º da presente Lei importará na aplicação de multa diária no valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), além da apreensão dos caminhões vibradores e demais equipamentos e instrumentos utilizados na prática da infração, sem prejuízo da aplicação das demais cominações administrativas, civis e penais pertinentes.

Parágrafo único – As despesas decorrentes da apreensão e permanência dos caminhões apreendidos, em valor diário mínimo por caminhão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta de seus proprietários, contratantes ou quaisquer outros detentores da responsabilidade pelo seu uso na área do Município.

Art. 11. As disposições da presente Lei se aplicam à integralidade do território do Município de Assaí, Estado do Paraná, e devem ser integradas ao Plano Diretor Municipal, para todos os efeitos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Art. 12. Fica revogada a Lei Municipal nº 1529/2017.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Assaí, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2017.

MICHELLE MATIE MORIKAWA

Vereadora

APOIOS:

_____	_____	_____
_____	_____	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A campanha contra o *Fracking* na nossa região continua: agora são 46 municípios na campanha. Os ativistas percorreram mais de 6 mil quilômetros realizando diversas visitas a cada localidade. Foram mobilizadas mais de 3 mil pessoas nas sessões das Câmaras Municipais para informar e instrumentalizar sobre o *fracking* tanto para a sociedade civil quanto para autoridades locais sobre os riscos da técnica de fraturamento e danos para a água, o solo, o ar, a fauna, a flora e a vida humana. Regionalmente houve a adesão de mais de 430 vereadores destes 46 municípios, todos votando SIM ao projeto de lei que proíbe o *fracking*.

Muito embora o Município de Assaí já tenha legislação que blinda o ambiente contra os malefícios do *fracking* (Lei Municipal nº. 1529/2017), ainda é medida primordial a sua frequente e constante revisão, para que não haja qualquer resquício de vulnerabilidade legal, mantendo incólume o desenvolvimento sadio e sustentável do município, ainda mais contra o fraturamento hidráulico, o gás metano carbonífero e similares, metais pesados e radioativos.

Diante disto, faz-se necessário que haja a atualização da lei em vigor (Lei Municipal nº. 1529/2017), tendo como escopo único a ampliação da proteção ao território de nossa cidade contra o perigo que é o *fracking* e as substâncias utilizadas para sua execução.

A necessidade de atualização da legislação também se faz imprescindível para que os 46 municípios do Norte e Norte Pioneiro do Paraná estejam aptos a receber a “Certificação Planetária de Área Livre do *Fracking*”, certificação essa que abrirá outros horizontes a investimentos em energia limpa, proteção ao meio ambiente, projetos turísticos e outros que tenham como objetivo o progresso do município e das regiões circunscritas, aumentando não só a qualidade de vida dos cidadãos, mas do ambiente como um todo, configurando de maneira concreta o significado da palavra “sustentabilidade”.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Assaí, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2017.

MICHELLE MATIE MORIKAWA

Vereadora